O PADRE ALBERTO E A CAPELA DO RATO

*Pe. António Janela**

Escrever sobre o Pe. Alberto Neto (1931-1987) e o seu tempo na Capela do Rato (1959-1973), mesmo sem preocupações de fazer historiografia, mas simplesmente testemunhar algo que foi pessoalmente vivido, supõe ter presente o contexto sócio-cultural, político e eclesial daqueles finais dos anos 50, anos 60 e 70, que muito significaram na evolução da sociedade e do catolicismo em Portugal, nomeadamente no Patriarcado de Lisboa – tempos de procura, de renovação e de ruptura.

Ordenado presbítero pelo Cardeal Cerejeira, em Agosto de 1957, o Pe. Alberto teve como primeira nomeação a Paróquia de Santa Maria de Belém, em Lisboa, como coadjutor do seu antigo professor no Seminário dos Olivais, Pe. Felicidade Alves. A Paróquia já era, na altura, um modelo de organização eclesial com intenso dinamismo laical. Testemunhei, mais tarde, em conversas com o Pe. Alberto, a sua amizade e grande apreço pelo Pe. Felicidade, e quanto o empenho pastoral, então aí vivido, fora importante nos anos subseqüentes.

O entusiasmo do Pe. Alberto pela pastoral juvenil – e a sua ligação ao mundo do desporto – abriu-lhe a oportunidade de se dedicar ao ensino secundário, como professor de Religião e Moral (RM) e assistente religioso da Juventude Escolar Católica (JEC), uma vocação que se prolongaria pela vida fora e fez dele um pedagogo inesquecível... como atestariam milhares de alunos que o tiveram como professor, no Liceu D. João de Castro, Colégio Cidadela (Cascais), Liceu Pedro Nunes – onde foi meu metodólogo, Colégio São João de Brito, Liceu Pe. António Vieira, Escola Secundária de Queluz...

Dedicado ao ensino, como missão eclesial que lhe foi confiada pelo Bispo, o Pe. Alberto Neto teve ocasião de conhecer, no Liceu D. João de

* Cónego do Patriarcado de Lisboa.

Castro, o também professor Pe. Adriano Botelho, pároco de Alcântara, figura destacada que se solidarizou com o movimento operário, e que chegou a ser deportado para a Patagónia. Foi uma referência importante para o Pe. Alberto Neto, que o citava muitas vezes, tal como ao Pe. Américo, da Obra da Rua, seu modelo de educador. Também em Alcântara se tornou amigo do angolano Padre Franklim – exilado em Lisboa – mais tarde Arcebispo do Lubango.

Este convívio sacerdotal e a fecunda experiência de ensino, foi abrindo outros horizontes ao Pe. Alberto, atento aos problemas da juventude, na família, no desporto e na sociedade, começando a ser uma figura conhecida, não só nos meios e polos estudantis e da Acção Católica, como mesmo em certa elite social que fazia dele o “padre da moda”, tão procurado para presidir aos casamentos “bem” e a outras celebrações. Em 1959, o Pe. Alberto fora nomeado assistente diocesano adjunto da JEC e, a partir daí, assíduo frequentador da sede diocesana da JEC, na Capela de Nossa Senhora da Bonança, na Calçada Bento da Rocha Cabral, ao Largo do Rato, acabando por ser nomeado, em 1965, assistente diocesano e capelão daquela que começou a ser designada “Capela da JEC” ou “Capela do Rato” – não sem uma certa confusão com a igreja localizada no Largo do Rato.

Metodólogo da disciplina de Religião e Moral, no Liceu Normal Pedro Nunes, o Pe Alberto liderou, a partir de 65, a “Equipa da Martens Ferrão”, composta por jovens padres, estagiários e professores de RM em diversos liceus de Lisboa, assistentes religiosos da JEC e colaboradores na Capela do Rato – apelidados, com um misto de atrevimento e aposta, de “Netinhos”. As trágicas “cheias de 1967”, na Grande Lisboa, foram ocasião de uma extraordinária mobilização dos jovens estudantes, a partir da Capela do Rato, para auxílio imediato às populações atingidas. Situação que não passou despercebida à Polícia Política, que começou a vigiar a actuação da referida equipa e do seu líder.

A Capela do Rato começara a ser um ponto de referência para muitos, jovens e menos jovens, desiludidos com a apatia das suas paróquias e com o desconsolo das liturgias dominicais; mas, por outro lado, sensíveis ao espírito novo que brotava do Concílio Vaticano II e de que o Pe. Alberto era um arauto entusiasta nas aulas, nas reuniões da JEC, nos convívios e retiros espirituais, nas homilias, nos seus múltiplos encontros pessoais. A liturgia na Capela do Rato, sempre cuidadosamente prepa-

rada pelo Pe. Alberto, era uma autêntica Festa em que a criatividade do poeta, associada a um jeito musical de raízes tão populares, era posta ao serviço da celebração da Fé, a todos despertando e empenhando na construção de uma Igreja segundo o modelo comunitário, uma Igreja que se reconhece essencialmente missionária, portadora da Boa Nova e enviada ao mundo e não fechada sobre si própria alheia às aspirações e às dificuldades dos homens concretos.

O Pe. Alberto aparece, assim, associado à memória de uma tomada de consciência de um grupo – que se tornou cada vez maior – preocupado com várias questões sociais e políticas, designadamente com o que significava o prosseguimento da guerra em África, vivida pelo país há mais de uma década, e com a necessidade de se construir a paz.

E chegamos ao acontecimento, porventura, “o mais polémico da vida pastoral do Pe. Alberto”¹: o “Caso da Capela do Rato”, ocorrido em 30 de Dezembro de 1972, que veio a chamar a atenção da comunidade nacional e internacional. Sobre este acontecimento, amplamente comentado, foi elaborada uma vasta bibliografia – e, até, uma tese de doutoramento, apresentada na Universidade Católica, pelo Doutor António Araújo.

Um acontecimento precedente – de que nunca encontrei qualquer referência na bibliografia de que tive conhecimento – foram as Conferências de Advento, bastante participadas, na Capela do Rato, nesse mês de Dezembro de 1972. O tema, escolhido por Paulo VI, para o “Dia Mundial de Oração pela Paz”, em 1 de Janeiro de 73 – “A Paz é possível” – era já conhecido e claramente tido em consideração nessas Conferências de Advento, numa das quais interveio o Pe. José Policarpo, então Reitor do Seminário dos Olivais e professor na Universidade Católica, estando presentes militares – alguns com intervenção no 25 de Abril – que o escutaram com muito interesse na apresentação da doutrina conciliar sobre a “objecção de consciência”, tema considerado tabú nesse tempo.

Tendo em conta a prevista afluência de participantes na Missa do Galo, na Noite de Natal, fora decidido pela Comunidade do Rato celebrá-la, nesse ano de 72, na Igreja de São Nicolau. O Pe. Alberto ressentiu-se do esforço despendido nessa celebração e sofreu uma quebra de saúde. Atacado de uma pneumonia, foi do seu quarto, no lar da Av. Casal Ribeiro,

¹ STILWELL, Pe. Peter (Coord.) *Padre ALBERTO – Testemunhos de uma voz incómoda, Capela do Rato (68-73)*, Lisboa, Texto Editora, 1989.

que acompanhou os acontecimentos que se desenrolaram na Capela uma semana depois. O grupo de cristãos que decidiu fazer, na Capela do Rato, a vigília de oração e jejum, com debate sobre o tema da paz, fê-lo sem dar conhecimento prévio da sua intenção quer ao Pe. João S. Diniz, que celebrou a missa das 19 horas de sábado, 30 de Dezembro, quer aos membros da Equipa Sacerdotal da Capela (Padres Alberto Neto, António Janela e Armindo Garcia). Iniciada a vigília, rebentaram petardos em alguns pontos da cidade, no Barreiro e no Seixal, distribuindo folhetos que informavam do que se passava. A responsabilidade por essa divulgação do acontecimento terá pertencido ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).

Ao ser informado do que se passava, o Pe. Alberto contactou telefonicamente os outros membros da Equipa Sacerdotal e, recolhidos e analisados os elementos disponíveis, estes foram de imediato comunicados ao Patriarca, D. António Ribeiro, que convocou pessoalmente o Pe. António Janela, acompanhado por um casal da Comunidade da Capela do Rato. Ficou então decidido, apesar da forma como se tinha procedido à ocupação da Capela, não haver qualquer intervenção da autoridade eclesial, desde que os ocupantes assegurassem as condições necessárias à celebração habitual do culto, o que aconteceu efectivamente. No domingo, 31, foram interrompidos os debates que decorriam na Capela para permitir a celebração das missas das 11h e das 12h30h. Durante as celebrações os dois padres da Equipa Sacerdotal não fizeram homilia, mas leram um curto comunicado, redigido em conjunto com o Pe. Alberto. Entretanto, os contactos da Equipa Sacerdotal com o Patriarca de Lisboa passaram a ser por via telefónica – eventualmente sob escuta – precisamente, para garantir a transparência da actuação da Igreja. Medida que se revelou, mais tarde, muito oportuna quando, no processo instaurado pela Polícia Política (D.G.S.), à repetida pergunta dos inspectores sobre o porquê da actuação dos padres julgados coniventes, a resposta fosse sempre a mesma: “por ordem do Senhor Patriarca”, o que lhes viria a causar sérios embaraços pelo comprometimento do próprio Patriarca em todo o processo instaurado, que acabou por ser arquivado.

A entrada da polícia, cerca das 20h00 desse domingo, 31, com a detenção de vários participantes na vigília e o encerramento forçado da Capela, deu-se sem o consentimento da autoridade eclesiástica. O Patriarca de Lisboa foi surpreendido pela informação quando se preparava para presidir à Vigília de Oração pela Paz, na Igreja de Arroios.

No final dessa celebração foram aí detidos alguns jovens, que se haviam manifestado.

Seguindo as instruções do Patriarca D. António Ribeiro – “assegurar o culto na Capela” – na dia 1 de Janeiro, o Pe António Janela – que na véspera conseguira celebrar a missa prevista para a meia-noite, contrariando a expressa proibição do Governo Civil e disso avisando os que pretendiam participar na eucaristia – viu-se impedido, nessa manhã, de entrar na Capela já com as portas seladas. Depois de um curioso diálogo com o polícia que guardava a entrada na Capela – “O Sr. Guarda, como me disse, está aqui a cumprir ordens do seu Superior. O meu Superior, o Sr. Patriarca, manda-me celebrar a missa nesta Capela. Ele está neste momento, no Palácio de Belém, a apresentar cumprimentos de Ano Novo ao Sr. Presidente. Logo, se eles se entendem, nós também nos vamos entender. Eu vou abrir as portas, para que as pessoas possam participar nas missas previstas, e o Sr. Guarda fará o que entender”. E, assim, foi possível celebrar as missas. Só que, no final da última missa, ainda paramentado e rodeado de alguns fiéis que lamentavam os incidentes ocorridos na Vigília celebrada na Igreja de Arroios, o Pe. António Janela foi detido pela polícia e, acompanhado voluntariamente pelo Pe. Armindo Garcia, levado num aparatoso dispositivo militar, primeiro para a Esquadra do Rato e depois para a Rua António Maria Cardoso, sede da PIDE/DGS, onde prosseguiram os interrogatórios.

Logo que recebeu notícia do sucedido, o Patriarca de Lisboa enviou o seu secretário a exigir a libertação dos dois padres, o que realmente logo aconteceu relativamente ao Pe. Armindo Garcia. Já de madrugada, acompanhado pelo seu secretário, D. António Ribeiro dirigiu-se pessoalmente, até à porta da PIDE/DGS, donde recusou retirar-se até que o Pe. António Janela lhe fosse entregue, em liberdade, o que realmente veio a suceder.

Depois, seguiram-se por várias semanas os interrogatórios ao Pe. Alberto e aos outros membros da Equipa Sacerdotal, num processo que acabou por ser arquivado. Mas as consequências do “Caso da Capela do Rato” essas perduraram, quer para os que foram de imediato vítimas da perseguição política, quer para os que assumiram uma consciência mais clara e interventiva da sua condição cristã.

Em 6 de Outubro de 1973, o Pe. Alberto despedia-se da Comunidade da Capela do Rato enumerando os passos por ele conhecidos ou percorridos no atribulado processo, precipitado pelos acontecimentos de Janeiro, que culminava agora na sua nomeação para coadjutor da paró-

quia de São João de Brito, tendo como prior o seu “amigo pessoal e íntimo”, Mons. Adriano Botelho, de quem – na ideia manifestada por D. António Ribeiro – haveria de ser sucessor. O que não veio a acontecer...

Na homilia que proferiu durante a celebração de despedida, o Pe. Alberto como que sintetizou o que foi a sua missão na Capela do Rato:

“Antes de mais me confesso pecador de tudo, menos de nos últimos anos, contra tudo e contra todos, não ter pregado aqui sempre e em cada Domingo o que me pareceu ser a exigência do Evangelho nas nossas vidas pessoais e comunitárias. E isto, mesmo quando sabia que mais tarde ou mais cedo este modo de agir, neste caso de pregar, levaria necessariamente a algo de muito exigente e, decerto, muito doloroso, para mim e para a comunidade. (...) Mas não estava só em jogo a minha pregação, mesmo que corajosa. Essa seria ainda possível, disse não tenho ilusões, se não fosse apoiada num grupo já numeroso de cristãos adultos, conscientes e responsáveis a quem essa pregação não só respondia, mas até de quem já era o reflexo exigente. Aqui o cerne do problema, aqui o seu eixo fulcral. Era uma pregação, sem dúvida, mas era muito mais do que isto. Era um espaço de liberdade e de responsabilidade laical crescente que ia nascendo aqui; era uma tomada de consciência de toda uma comunidade inserida no mundo e num país de contornos reais, com problemas culturais, sociais e políticos complexos e urgentes; era a percepção serena, mas clara do direito dos cristãos acharem que a sua fé não se podia confinar apenas ao culto, ou à liturgia, mas tinha muito que ver com todos estes problemas e situações reais; era a capacidade progressiva de alguns cristãos, e cada vez mais, o afirmarem e tentarem mesmo propostas reais de modificação das estruturas para que elas fossem mais humanas e isto por exigência profunda da sua própria fé. Era tudo isto. Era tudo isto, mais que uma pregação. Ou, melhor dizendo, era uma pregação que começava a permitir tudo isto...”

Alguns meses depois acontecia o 25 de Abril.